

ÍNDICE SISTEMÁTICO

<i>Prefácio</i>	XXV
<i>Apresentação</i>	XVII
Capítulo I – A Tutela do Consumidor no Cenário Econômico Atual: Princípios Norteadores.....	1
1. A denominada “sociedade de consumo” e o consumidor.....	1
2. Insuficiência dos mecanismos tradicionais para a sua proteção.....	2
3. Fórmulas tradicionais de reação.....	3
4. Necessidade de legislação própria e princípios norteadores.....	5
Capítulo II – O Regime Jurídico Pré-Codificado no Direito Comparado e no Direito Nacional.....	8
5. O regime codificado civil.....	8
6. A legislação superveniente.....	10
7. Posição no direito comparado.....	11
8. Situação no direito nacional.....	14
9. Regimes das principais leis editadas.....	15
10. O Código de Defesa do Consumidor e o Código Civil de 2002.....	18
Capítulo III – O Código de Defesa do Consumidor e seu Alcance.....	19
11. Antecedentes.....	19
12. A edição do Código (Lei n. 8.078, de 11.09.1990).....	20
13. O âmbito do Código.....	22
14. Sistema protetivo instituído.....	24
15. As relações abrangidas e os agentes: o consumidor, o produtor, o intermediário e o prestador de serviços.....	26
16. Princípios que regem o sistema.....	27
17. Direitos básicos dos consumidores.....	29
Capítulo IV – Riscos e Vícios de Bens e de Serviços.....	31
18. Proteção à vida, à saúde e à segurança dos consumidores.....	31
19. Reparação de danos.....	32

20. Responsabilidade por vícios de bens.....	35
21. Responsabilidade por vícios de serviços.....	37
Capítulo V – Constrangimentos em Cobranças e em Informações Cadastrais..	39
22. Proteção à higiene física, ao respeito pessoal e à intimidade dos consumidores.....	39
23. Constrangimentos na cobrança extrajudicial de dívidas.....	40
24. Constrangimentos com informações cadastrais.....	41
Capítulo VI – Publicidade Enganosa e Abusiva.....	43
25. Proteção aos interesses econômicos do consumidor.....	43
26. A publicidade e o consumidor.....	44
27. Princípios e regras que regem a matéria.....	45
28. A publicidade enganosa e abusiva.....	47
Capítulo VII – Práticas Comerciais Lesivas.....	51
29. Práticas abusivas na comercialização de bens e de serviços.....	51
30. Principais figuras detectadas.....	52
Capítulo VIII – Cláusulas Contratuais Abusivas.....	56
31. A contratação privada na economia atual.....	56
32. Os contratos de adesão e seu regime jurídico.....	57
33. Conformação desses contratos.....	59
34. Cláusulas abusivas.....	61
Capítulo IX – Responsabilidade do Produtor e do Intermediário.....	64
35. A fabricação e a comercialização de produtos na economia de mercado.....	64
36. A técnica tradicional de responsabilização.....	66
37. A responsabilidade do produtor, do importador e do intermediário no regime codificado.....	67
Capítulo X – Defesa do Consumidor no Âmbito Público: Os Sistemas Existentes.....	69
38. Princípios básicos da defesa do consumidor.....	69
39. Planos em que se projeta a defesa do consumidor.....	70
40. Os sistemas existentes.....	71
Capítulo XI – Defesa do Consumidor no Plano Administrativo: O Sistema Nacional de Defesa do Consumidor.....	74
41. A estruturação do Sistema Nacional de Defesa do Consumidor.....	74
42. O Sistema Estadual de São Paulo.....	76
43. A defesa do consumidor no plano administrativo.....	78
44. Sanções cabíveis nesse nível.....	80
Capítulo XII – Defesa no Plano Penal.....	82
45. Princípios que orientam a defesa do consumidor no plano penal.....	82

46. As infrações definidas	83
47. Regime sancionatório.....	85
Capítulo XIII – Defesa no Plano Civil.....	87
48. Princípios que informam a defesa do consumidor no plano civil	87
49. Os interesses envolvidos: individuais, homogêneos e coletivos.....	88
50. Mecanismos individuais de defesa.....	89
51. Mecanismos coletivos	90
52. As ações coletivas de responsabilidade civil.....	93
53. A ação civil pública	94
54. As ações de responsabilidade do fornecedor de bens ou de serviços.....	95
55. Outras ações	96
55.1. Defesa civil mediante a reparação por danos morais.....	97
Capítulo XIV – Defesa do Consumidor no Campo Privado: As Associações de Consumidores.....	99
56. Princípios que inspiram a defesa do consumidor no campo privado.....	99
57. As associações de consumidores.....	100
58. Ações desenvolvidas	101
59. As convenções de consumo.....	102
Capítulo XV – A Posição das Empresas neste Contexto	104
60. Situação atual do mercado	104
61. A política empresarial antes do sistema codificado.....	105
62. A influência do Código.....	107
63. Perspectivas.....	108
64. Observações finais.....	110
Apêndices	
Apêndice I – Lei n. 8.078, de 11.09.1990	115
Apêndice II – Seleção de Jurisprudência sobre Direitos do Consumidor.....	144
STJ	
Prescrição. Ação coletiva. Expurgos.....	144
Responsabilidade. Cigarro	144
Preço diferenciado. Venda. Combustível	145
Prescrição. CDC. Consumo. Cigarro	146
Dano moral. Banco. Restrições. Cliente	146
Multa. PROCON. Acordo judicial	147
Inscrição indevida. SPC. Prescrição.....	147
Dano moral. Vítima. Tenra idade.....	148
Competência. Foro. Eleição. Abusividade.....	148
ACP. Boletão bancário	149
CC. Ação coletiva. Execução. Domicílio. Autor.....	150
Insumos. Atividade agrícola. CDC.....	151

MP. Legitimidade. ACP.....	151
Seguradora. Sub-rogação	151
ERESP. Abusividade. Contrato bancário	151
Cobrança indevida. Má-fé. Repetição em dobro.....	152
Responsabilidade. Hospital. Médico. Diagnóstico	152
CDC. Passagem aérea. Visto.....	152
Revisional. Reconvenção. Conexão.....	153
IDEC. Ação individual. Ilegitimidade.....	153
Sindicato. Cumprimento. Sentença. Processo coletivo.....	154
Serviços educacionais. Frequência. Aulas	155
Seguradora. Multa. Recusa. Indenização	155
Financiamento. Alienação fiduciária. Arrependimento.....	155
Responsabilidade civil. Acidente	156
Danos morais. Spam.....	156
Prova. Ônus. Inversão. Pílulas de farinha	157
ACP. Locação. Cláusulas abusivas. Ilegitimidade. MP.....	157
CDC. Crédito rural	158
Multa. INMETRO. Solidariedade. Vendedor.....	158
Danos morais. Solidariedade. Banco. Cartão. Crédito.....	159
Serviço. Telefonia. Legitimidade. MP.....	159
Erro médico. Responsabilidade solidária.....	160
MP. Legitimidade. ACP. Loteamento irregular	161
CDC. Competência. Dano moral. Doação. Sangue	161
ACP. Plano. Saúde. Competência. Justiça estadual	162
ACP. Jogos. Azar.....	162
Empresa. Marca. Nome geográfico	163
Banco. Cláusula abusiva. ACP. MP.....	164
Furto. Supermercado. Inversão. Prova.....	165
CDC. Defeito. Carro. Banco	165
Cláusula contratual. Foro. Eleição	166
Revisão. Contratual. Variação cambial	166
Competência. Previdência. Liquidação.....	167
PROCON. Multa. Empresa pública federal	167
ACP. Legitimidade. MP	167
ACP. Consórcio. Desistência.....	168
ACP. Meio ambiente. Competência territorial	168
SFH. Revisão contratual. Plano Gradiente.....	169
Seguro. Saúde. Restrição. Valor.....	169
Cartão. Crédito. Cancelamento indevido	170
Promessa. Compra. Venda. Valores pagos. Devolução	170
Indenização. CDC. Garantia contratual	171
Imóvel. Devolução. Fruição.....	171
Responsabilidade. Fabricante. Produto. Validade vencida.....	172
Responsabilidade civil. Empresa. Vigilância. Legítima defesa	172

CDC. Repetição. Indébito	173
Ação civil pública. Água e esgoto. Preço público	174
Restituição. Valores indevidos. Prescrição.....	174
Banco. Roubo. Cofre. Responsabilidade.....	174
Representação. Consumidor. Foro competente.....	175
Pessoa jurídica. Hipossuficiência. Foro. Eleição	176
Cautelar. Exibição. Extratos bancários. Tarifa	176
Corretora. Seguro. Solidariedade	176
Compra e venda. Reintegração. Posse	177
Competência interna. Concessionária	177
Indenização. Defeito. Fabricação. Pneu.....	178
CDC. Eleição. Foro. Representante	179
Cobertura securitária. Doença preexistente.....	179
Tarifa bancária. Repetição.....	180
Plano. Saúde. Cobertura. Restrição.....	180
Consórcio. Móveis. Taxa. Administração	181
Fornecimento. Água. Rede. Esgoto. Restituição. Dobro	181
Dano moral. Anúncio. Internet.....	182
MS. Concessionária. Energia elétrica	182
Dano moral. Morte. Micareta.....	183
Universidade. Restituição. Crédito. Horas-aula.....	183
Multa. Razoabilidade. Proporcionalidade.....	184
Ação civil pública. Legitimidade. Associação civil	184
SPC. Solidariedade. Diversas entidades.....	184
QO. Seguradora. Recusa. Renovação. Apólice.....	185
PIS. COFINS. Telefonia fixa.....	185
Prestação. Serviços advocatícios. CDC	186
Execução coletiva. Associação. Poupança	186
QO. Competência. Suspensão. Fornecimento. Água	187
Tabagismo. Danos morais. Prescrição. Prazo. CDC.....	187
Revisional. Insumos. Compra e venda. Contrato. CDC.....	187
Responsabilidade. Cirurgia	187
SFH. Seguro. Obrigatoriedade	188
Danos morais. Consumo. Medicamento	188
Ônus. Prova. Saques. Conta bancária.....	189
Prova. Ônus. Inversão. Pessoa jurídica. CDC. Hipossuficiência	189
Indenização. Furto. Cofre locado.....	190
Danos morais. Ausência. Comunicação. Inscrição. Restrição. Crédito	190
Dano material. Carro usado.....	190
Plano de saúde. Stent. Dano moral. Majoração	191
CDC. Projeto. Irrigação. Competência. Coisa julgada.....	191
Seguro. Viagem. Cartão. Crédito. Propaganda.....	192
Plano. Saúde. Cobertura. Internação. Limite. CDC	192
Multa. Atraso. Pagamento. Serviço. Telefonia. Art. 52, § 1º, CDC	193

Concessionária. Telefonia. Não discriminação. Impulsos excedentes. CDC.	193
Vício. Qualidade. Automóvel. Exegese. Art. 18, § 1º, I, CDC	193
Cooperativa habitacional. Desligamento. Retenção.....	194
Anticoncepcional. Placebo. Dano moral. Consumidor	194
Inscrição. Nome. Banco de dados. Ausência. Comunicação	195
Contrato. Seguro. Saúde. Empresa.....	195
Veículo. Defeitos. Fabricação. Alienação fiduciária. Contrato. Resolução.	
Consignação em pagamento. Prestações pagas. Devolução	195
Ação civil pública. Serviço. Transporte	196
Indenização. Dano moral. Denúnciação. Lide	196
Compra e venda. Veículo. Denúnciação à lide. Aproveitamento. Atos praticados	197
Seguradora. Contrato. Afastamento. Cláusula abusiva	197
CDC. Cobrança. Despesas médico-hospitalares. Ausência. Impugnação. Dívida.....	197
Concessão. Serviço público. Telecomunicação. Discriminação. Pulsos. Ligações. Telefone fixo. Celular	198
CDC. Inversão. Ônus. Prova. Momento	198
Remessa. Segunda Seção. Responsabilidade. Médico. Hospital	199
Crime. Venda. Matéria-prima. Mercadoria. Condições impróprias. Consumo. <i>Sursis</i> processual	199
Indenização. Agressão. Casa noturna. CDC. Honorários advocatícios.....	200
Ação. Indenização. Acidente aéreo. Prescrição. CDC	200
Contrato. Abertura. Crédito. Conta corrente. Juros. Capitalização. Renovação Automática. Registro. Inadimplência.....	201
Contrato. SFH. FCVS. Não aplicação. CDC	201
Contrato. Abertura. Crédito. Conta corrente. Juros. Capitalização. Renovação automática. Registro. Inadimplência.....	202
Energia elétrica. Cobrança. Valores antigos.....	202
Corte. Fornecimento. Água. Inadimplência	203
Lei distrital. Atendimento. Clientes. Agências bancárias.....	203
Contrato. União. Município. Eleição. Foro. Cláusula abusiva.....	203
Corte. Energia elétrica. Inadimplente.....	204
Contador. Condômino. Inaplicação. CDC.....	204
Franquia. Contrato. Fiança. CDC.....	205
Foro. Eleição. Hipossuficiência. CDC. Inaplicabilidade.....	205
SERASA. Inscrição. Tutela. Antecipação. Descabimento	205
Ação civil pública. Legitimidade. Defensoria Pública. Interesse. Consumidores.....	205
Concessionária. Rodovia. Colisão. Animal. CDC. Aplicação.....	206
CDC. MS. Processos. Administrativo e judicial	206
CDC. Locação	206
Compra e venda. Imóvel. Diferença. Área referida. Área real. Equilíbrio. Contrato.....	206

Competência. Previdência privada. CDC. Foro. Consumidor hipossuficiente. Abertura. Crédito. Conta corrente. Cláusula potestativa. CDC. Taxa de juros. Média de mercado.....	207
Consórcio. Cláusula abusiva. CDC. Incidência.....	208
Contrato. Plano. Saúde. Rescisão unilateral. Reexame. Cláusula.....	208
Contrato. Seguro empresarial. CDC.....	208
Taxa. Esgoto. Cobrança indevida. Relação de consumo. Condomínio.....	209
Contrato. Fiança bancária. Dupla garantia.....	209
Competência. Foro. Dano. Serviços notariais.....	209
Indenização. Dano material e moral. Correntista.....	210
Relação. Consumo. CDC. Descabimento. Denúnciação da lide.....	210
Súmula n. 321.....	210
Juros remuneratórios. Limitação. Novo Código Civil.....	210
Assistência judiciária gratuita. Inversão. Ônus. Prova.....	211
Dano moral. Inscrição. SERASA.....	211
Exploração. Estacionamento. Responsabilidade. Município.....	211
Competência. Reunião. Ações. Assinatura básica. Telefonia fixa.....	212
Denúnciação da lide. CDC. Descabimento.....	212
Seguro. Veículo. Furto. Ação. Indenização. Seguradora. Prazo prescricional anual.....	213
Busca e apreensão. Contrato. Adesão.....	213
AR. Art. 485, CPC.....	213
CDC. Eleição. Foro. Teoria finalista.....	214
Contrato. Compra e venda. Inadimplência. Perda integral dos valores pagos.....	214
Dano moral. Propaganda. Limite. Quantidade.....	214
Armazém geral. Prescrição. Três meses.....	215
Responsabilidade. Hospital. Falecimento. Paciente.....	215
CDC. Arrendamento mercantil. Exame de ofício. Cláusulas.....	215
Danos morais e estéticos. Tabagismo. Indenização. Fabricante de cigarros. Prescrição.....	216
Ação civil pública. Interesse. Direito coletivo. Distrito Federal. Legitimidade Indenização. Danos morais e patrimoniais. Vício. Nota fiscal.....	216
Responsabilidade. Concessionária. Serviço. Telefonia. Provedor. Internet... ..	217
Alienação fiduciária. Busca e apreensão. Discussão. Cláusulas contratuais..	217
Serviços advocatícios. Inaplicabilidade. CDC.....	218
Ação. Indenização. Sobra de gás. Retorno dos vasilhames.....	218
Ação civil pública. Interesse coletivo.....	218
CDC. Arrendamento mercantil. Equipamento médico.....	219
Legitimidade. Ação civil pública. Movimento. Consumidores.....	219
SERASA. Registro. Prazo. Prescrição. CDC.....	219
Cartão eletrônico. Saques indevidos em conta corrente.....	220
SERASA. Comunicação. Ausência. Inscrição. Cadastro. Dano moral.....	220
Limite. Internação. Súm. n. 302-STJ. Dano moral. Cláusula contratual.....	220
Cadastro. Inadimplentes. Informação. Órgão. Defesa. Consumidor.....	221

Responsabilidade civil. Dano moral. Inversão. Ônus. Prova.....	221
Decadência. Indenização. Semente. Plantio.....	221
Seguro. Diferença. Prescrição.....	222
Crédito educativo. C ³ OC. Capitalização. Juros.....	222
Responsabilidade civil. Médico. Culpa. Prova.....	222
Inscrição. Nome. SERASA. Prescrição. CDC.....	223
Competência. Contratação. Serviço. Crédito. Empresa. Relação. Consumo.....	223
Energia elétrica. Suspensão. Entidade pública.....	223
CDC. Ação de indenização. Propaganda enganosa.....	223
CDC. Indenização. Acidente. Judoca.....	224
Indenização. Responsabilidade civil.....	224
Súmula n. 297.....	225
Licitação. Obra pública. ECT. Inaplicabilidade.....	225
Emissão de cheques. Conta já encerrada. Responsabilidade do banco.....	225
Súmula n. 285.....	225
Sociedade filantrópica. Plano de Saúde.....	225
Prestação de serviço. Advogado. Incidência. CDC.....	226
Danos morais e materiais. Lista telefônica. Anúncio errado. Prescrição.....	226
Responsabilidade. Dano. Banco. Cartão de crédito.....	227
Compra e venda. Bem móvel. Rescisão. Devolução. Cláusula penal.....	227
CDC. Compra. Veículo novo. Defeito.....	227
Energia elétrica. Corte. Residência.....	227
Televisão por assinatura. Qualidade. Serviço. Legitimidade. MP.....	228
Explosão. Loja. Fogos de artifício. Legitimidade. Procuradoria. Assistência judiciária.....	228
Lacre. Tanque. Combustível. Multa. Solidariedade. Posto. Distribuidora.....	228
Indenização. Extravio. Bagagem. Transporte aéreo.....	228
SPC. Registro. Rol de devedores. Hipóteses de impedimento.....	229
Prazo. Manutenção. Nome. Serviço de proteção ao crédito.....	229
Plano de saúde. Proposta. Má-fé.....	229
CDC. Inadimplência. Arrematação. Construtora. Saldo.....	229
Rodovias. Serviços. Acidentes. Usuário. Foro competente.....	230
CDC. Contrato. Pessoa jurídica. Foro competente. Serviços de <i>software</i>	230
Responsabilidade. Automóvel. Defeito. Fabricação.....	230
Alienação fiduciária. Restituição. Prestações pagas.....	230
Veículo zero quilômetro. Defeitos diversos. Danos morais.....	231
Propaganda enganosa. Financiamento. Imóvel.....	231
PROCON. Legitimidade. Taxas. Intermediação. Locação.....	231
CDC. Promessa. Compra. Venda. Hipoteca.....	232
Operadora. Turismo. Responsabilidade. CDC.....	232
Serviços de mecânica. CDC.....	232
Dano moral. Pessoa jurídica. Quantificação.....	233
Responsabilidade. Cooperativa. Assistência médica.....	233
<i>Leasing</i> . Reajuste. Variação cambial. Onerosidade excessiva.....	233
Ação indenizatória. Prescrição. Acidente. Transporte.....	234

<i>Leasing</i> . CDC.....	234
Seguro-saúde. Limite temporal.....	234
Indenização. Cancelamento. Voo.....	234
Produto. Aquisição no exterior. Assistência técnica no Brasil.....	234
Civil. Consumidor. Reparação de danos. Responsabilidade. <i>Recall</i> . Não comparecimento do comprador. Responsabilidade do fabricante.....	235
Civil e processual. Agravo Regimental. Indenização. Pretensão. Montadora. Chamamento. Correção de defeito. <i>Recall</i> . Dano moral. Inocorrência. Reexame de provas. Súmula n. 7/STJ. Improvimento.....	235
Processual civil. Mandado de segurança. Ato do Ministro de Estado da Justiça. Portaria n. 789/2001. Lapsos de tempo que supera o prazo assegurado para a impetração do <i>mandamus</i> . Súmula n. 266/STF. Decadência. Art. 18 da Lei n. 1.533/51. Extinção do processo.....	235
Responsabilidade civil. Concessionária de telefonia. Serviço público. Interrupção. Incêndio não criminoso. Danos materiais. Empresa provedora de acesso à Internet. Consumidora intermediária. Inexistência de relação de consumo. Responsabilidade objetiva configurada. Caso fortuito. Excludente não caracterizada. Escopo de pacificação social do processo. Recurso não conhecido.....	235
Direito do consumidor e responsabilidade civil. Recurso especial. Indenização. Art. 159 do CC/16 e arts. 6º, VI, e 14, da Lei n. 8.078/90. Deficiência na fundamentação. Súmula n. 284/STF. Provedor da Internet. Divulgação de matéria não autorizada. Responsabilidade da empresa prestadora de serviço. Relação de consumo. Remuneração indireta. Danos morais. <i>Quantum</i> razoável. Valor mantido.....	237
Recurso especial. Responsabilidade civil. Antecipação de tutela. Retirada de página da rede mundial de computadores. Conteúdo ofensivo à honra e à imagem. Alegada responsabilidade da sociedade controladora, de origem estrangeira. Possibilidade de a ordem ser cumprida pela empresa nacional..	237
Civil. Processual civil. Recurso especial. Direito do consumidor. Veículo com defeito. Responsabilidade do fornecedor. Indenização. Danos morais. Valor indenizatório. Redução do <i>quantum</i> . Precedentes desta Corte.....	238
Administrativo. Agravo regimental. Repetição de indébito. Serviço de telefonia. Discriminação dos pulsos excedentes à franquia. Detalhamento das chamadas locais. Termo inicial. Recurso Especial Representativo de controvérsia. Art. 543-C do CPC. Resolução STJ n. 8/2008.....	238
Tribunais Regionais Federais	
Civil e processual civil. Ação de reparação de danos materiais e morais. Transferência indevida de valores, via Internet. Responsabilidade objetiva.....	239
Civil e processo civil. Inversão do ônus da prova na sentença. Possibilidade. Responsabilidade objetiva. Indenização por danos materiais e morais. Transações indevidas efetuadas pela Internet. Inscrição em cadastro de emitentes de cheque sem fundo. Dano moral configurado. Valor da indenização....	240

Responsabilidade civil. CEF. Saque poupança. Informação de assinatura eletrônica via telefone. Falha prestação de serviço. Dano material e moral	241
Ação civil pública. Serviço telefônico fixo comutado. Fechamento de lojas e postos de atendimento pessoal. Substituição pelo serviço de <i>call center</i> . Ilegalidade do procedimento. Obrigatoriedade de manutenção e abertura de novos postos. Prestação adequada do serviço. Danos morais coletivos. Cabimento	242
Civil. Indenização por danos morais. Divulgação equivocada de prêmio de loteria. Realização precipitada de gastos “por conta”. Responsabilidade por danos materiais não caracterizada. Constantes ridicularizações. Dano moral evidenciado	243
Administrativo. Danos materiais e morais. Abertura conta bancária com documentos falsos. Vendas fraudulentas, via Internet, valendo-se da aludida documentação falsa, em nome do autor. Responsabilidade dos réus caracterizada. Indenização mantida. Honorária reduzida. Apelação da CEF improvida. Parcial provimento ao apelo do Mercado Livre	244

Tribunais Estaduais

TJSP

Compromisso de compra e venda. Cooperativa habitacional. Contrato que, em seus elementos, mais se assemelha a compromisso de compra e venda do que uma relação cooperativista. Aplicação do Código de Defesa do Consumidor. Legitimidade passiva da empresa que administrava o empreendimento em assessoria à cooperativa. Rescisão do contrato por culpa das empresas, ante o atraso na entrega das obras. Abusividade da cláusula que condiciona o cumprimento do prazo de entrega à observância de uma determinada taxa de inadimplência. Cooperativa que, na qualidade de fornecedora, deve garantir um prazo limite	244
Contrato. Cooperativa habitacional. Desligamento de cooperado	245
Prestação de serviços. Construção civil. Defeitos estruturais do produto acabado. Responsabilidade do produtor perante os adquirentes. Aplicação das regras do Código de Defesa do Consumidor. Responsabilidade solidária da construtora e dos sócios que fiscalizavam diretamente a obra. Inexistência, entretanto, de danos morais. Descabimento, também, de indenização autônoma da desvalorização do imóvel, visto que ela decorria dos defeitos já materialmente indenizados. Apelo provido em parte para tornar parcial a procedência da ação	245
Contrato. Compra e venda via internet. Descumprimento da obrigação pela entrega de equipamento diverso do pretendido. Cancelamento do negócio, com estorno inicial dos valores debitados. Posterior cobrança reiterada das parcelas, mediante cartão de crédito. Débito automático. Restituição em dobro, nos termos do art. 42 do CDC, determinada. Danos morais in-existentes. Meros contratemplos normais da vida cotidiana. Indeferimento da indenizatória mantido. Recurso parcialmente provido	245

Intervenção de terceiros. Chamamento ao processo. Beneficiários das transações não autorizadas em conta corrente da autora, via Internet <i>Banking</i> . Responsabilidade objetiva da instituição bancária. Descabimento da pretendida intervenção, só admitida em se tratando de solidariedade legal. Ilegitimidade <i>ad causam</i> . Polo passivo. Ação de ressarcimento de perdas e danos materiais e morais. Legitimidade do banco, ao qual foi confiado o dinheiro transferido a terceiros. Discussão que envolve a qualidade da prestação dos serviços do réu e a segurança que deles se espera. Petição inicial. Inépcia. Não configuração. Inexistência de contradição lógica entre a narração dos fatos (movimentações não autorizadas em conta corrente da autora) e o pedido (ressarcimento da quantia restante que foi retirada da conta e indenização pelos danos morais). Possibilidade da correta avaliação, pelo demandado, do pedido. Decadência. Prazo. Aplicação do disposto no art. 27 do Código de Defesa do Consumidor. Reparação civil decorrente de fato do serviço. Responsabilidade civil. Transações não autorizadas pela autora em sua conta corrente, via Internet <i>Banking</i>	246
Prestação de serviços. Telefonia móvel (celular). Ação de indenização por danos morais. Demanda de consumidora residencial. Sentença de procedência. Manutenção do julgado.....	246
Prestação de serviços. Indenização. Cerceamento de defesa. Inocorrência. Julgamento antecipado da lide. Possibilidade. Telefonia móvel. Celular. Clonagem. Culpa da prestadora de serviços. Responsabilidade civil objetiva. Art. 12 do Código de Defesa do Consumidor. Lucros cessantes. Ausência de comprovação. Prova documental. Necessidade. Dano moral inexistente. Meros percalços da vida cotidiana. Conduta da requerida. Prontidão no atendimento. Problemas solucionados. Ausência de cobrança indevida. Dano material (emergente). Cabimento. Aquisição de novo aparelho celular. Necessidade. Ressarcimento cabível. Sucumbência. Incidência do parágrafo único do art. 21 do Código de Processo Civil. Preliminar rejeitada. Recurso parcialmente provido.....	247
Apelação. Ação de indenização por dano moral. Prestação de serviços educacionais. Curso de pós-graduação. Aluno não alertado, no ato da inscrição, do fato de o curso não estar reconhecido no MEC, das respectivas implicações e do risco natural de o reconhecimento não ser oportunamente obtido. Infração ao elementar direito do consumidor à informação (CDC, art. 6º, III, art. 46 etc.) e ao também comezinho princípio da boa-fé objetiva. Ilícito caracterizado. Dano moral bem reconhecido e quantificado em primeiro grau. Devida, outrossim, a restituição do que se pagou por conta do curso, além de lucros cessantes. Sentença parcialmente reformada. Apelação a que se nega provimento, parcialmente provido o adesivo.....	247
Prestação de serviços. Pós-graduação <i>stricto sensu</i> em Administração. Curso não aprovado e não reconhecido pela CAPES. Pedido de indenização por danos materiais e morais. Ação julgada procedente. Condenação da ré a devolver os valores desembolsados pela autora e a indenizá-la, a	

título de danos morais, na quantia de R\$ 20.000,00. Inocorrência de cerceamento de defesa. Necessidade do registro do diploma de pós-graduação para ter validade nacional. Faculdade que alega que a aluna tinha conhecimento de que ela estava tentando obter a recomendação junto à CAPES. Autora que tinha conhecimento de cláusula contratual que dispõe sobre a não devolução das mensalidades, mesmo no caso da não aprovação do curso pela CAPES. Cláusula nula nos termos do Código de Defesa do Consumidor. Dever de indenizar. Danos materiais correspondentes aos gastos com matrículas e mensalidades. Danos morais em decorrência de ofensa a direito de personalidade. Redução do valor do dano moral. Apelação provida em parte.....	247
Prestação de serviços educacionais. Descontinuidade de curso universitário. Configuração de relação de consumo. Abusividade de cláusula contratual que permite à universidade a extinção de turmas por insuficiência de alunos matriculados. Cláusula nula de pleno direito. Exegese dos arts. 209 da CF, e 43, II, da Lei n. 9.394/96, em conformidade com os arts. 6º e 51 do CDC. Prática abusiva por parte da instituição de ensino que conduziu à desistência de alunos. Caracterização do vício do serviço. Art. 20 do CDC. Responsabilidade objetiva pelos prejuízos resultantes. Indenização pelos danos materiais consistentes nas despesas efetivamente demonstradas, suportadas com o curso que não pôde ser concluído por fato imputável unicamente à instituição de ensino. Improcedência do pedido de indenização por lucros cessantes, meramente hipotéticos no caso dos autos. Danos morais reconhecidos, pela frustração do objetivo de concluir o curso superior para o exercício da profissão escolhida, após considerável período de dedicação. Ação parcialmente procedente. Sucumbência da ré. Recurso parcialmente provido.....	248
Ação de cobrança. Prestação de serviços educacionais. Inadimplemento da contratante. Alegação de descumprimento da obrigação de pagamento em razão de cancelamento do curso. Inocorrência. Manifestação por escrito. Ausência. Formalidade necessária.....	249
Agravo de instrumento. Ação de indenização por danos morais. Atropelamento de pedestre por ônibus. Responsabilidade objetiva da empresa de transporte coletivo (art. 37, § 6º, da CF). Código de Defesa do Consumidor. Dano causado a terceiro, não usuário do coletivo. Irrelevância. Consumidor por equiparação, inversão do ônus da prova no despacho saneador. Possibilidade. Exegese do art. 17 da Lei Federal 8.078/90. Recurso desprovido.....	249
TJRS	
Apelação cível. Responsabilidade civil. Dano moral. Orkut. Perfil falso. Comunidade com teor ofensivo. Servidor de hospedagem. Responsabilidade subjetiva. Não caracterizada. Aplicação do Código de Defesa do Consumidor. Serviço gratuito. Possibilidade. Agravo retido. Aplicação do Código de Defesa do Consumidor.....	249

Ação de indenização por danos materiais e morais. Abastecimento equivocado de veículo com óleo diesel em vez de gasolina. Danos verificados no veículo. Desnecessidade de prova pericial. Inexistência de complexidade. Possibilidade de julgamento da causa independentemente da realização de perícia. Aditamento do pedido. Indenização por danos materiais relativa ao valor do conserto. Ausência de provas dos lucros cessantes. Inocorrência dos danos morais. Recurso parcialmente provido....	250
Reparação de danos. Consumidor. Transporte aéreo. Falha na prestação do serviço. Aquisição de bilhete via Internet. Emissão do e-ticket. Ausência do nome do consumidor na lista de passageiros. Impossibilidade de embarque. Necessidade de comprar outra passagem. Dano material. Dever de reembolso. Assistência deficiente ao consumidor. Responsabilidade objetiva. CDC. Dano moral. Ocorrência. <i>Quantum</i> fixado majorado para se adequar aos parâmetros adotados pelas turmas recursais em demandas análogas. Recurso da ré desprovido. Recurso do autor provido. Unânime....	251
Ação declaratória de inexistência de débito cumulada com indenização por dano moral. Cobrança de serviços não solicitados. Procedência do pedido. Decadência do direito de reclamar. Art. 26 do CDC	251
Apelação cível. Direito privado não especificado. Ação coletiva de consumo. Demanda que envolve direitos do consumidor e aplicação do CDC. Alegação de oferta de produtos e serviços bancários de forma ilegal. Prática de venda casada pelo demandado	251
Ação indenizatória. Dano moral. Descumprimento de ordem judicial. Cadastro em órgãos de restrição ao crédito. Ilegitimidade passiva afastada. Relação de consumo. Incidência do CDC. Banco do Brasil e Ativos S.A. Companhia securitizadora de créditos financeiros	253
Ação declaratória de inexistência de débito cumulada com indenização por dano moral. Registro indevido. Evolução da dívida que induz prática abusiva do banco. Atividade bancária. Serviço sujeito à incidência do CDC – art. 3º, § 2º. Ação procedente	253
Apelação cível. Ação de cancelamento de registro, cumulada com pedido de indenização por danos morais. SERASA. Comunicação ao devedor. Dano moral não caracterizado. Ilegitimidade passiva reconhecida de ofício.....	253
Apelação cível. Negócios jurídicos bancários. Ação de indenização por danos materiais e morais. Desconto indevido em folha de pagamento. Cadastro nos órgãos de proteção ao crédito. Teses defensivas afastadas.....	254
Apelações cíveis. Seguros. Plano de saúde. Reajuste da mensalidade. Faixa etária. Abusividade. Aplicabilidade do Estatuto do Idoso e do Código de Defesa do Consumidor. Repetição simples dos valores pagos a maior....	254
Apelação cível. Ação de cobrança. Seguro. Doença preexistente. Não realização de exames prévios. Negativa da seguradora de indenizar. Cobertura securitária devida de acordo com o pactuado. Preliminar não conhecida. Prescrição afastada.....	255

Apelação cível. Responsabilidade civil. Erro médico. Óbito de bebê. Meningite e meningococemia. Ação de indenização por danos materiais e morais. Improcedência mantida	256
Apelação cível. Responsabilidade civil. Ação de reparação por danos morais e materiais. Demora no restabelecimento do fornecimento de energia elétrica. Força maior. Excludente de responsabilidade civil	257
Apelação cível. Responsabilidade civil. Ação indenizatória. Vícios de construção em imóvel residencial. Bem revendido aos autores pelos proprietários originários, que o adquiriram da construtora demandada. Relação de consumo não afastada, na hipótese, em relação à construtora, no que tange aos vícios de construção. Prescrição não ocorrida. Aplicação do prazo previsto no CDC. Teoria do diálogo das fontes. Danos comprovados em prova pericial. Procedência da ação	257
Responsabilidade civil. Dano material. Advogado. Recurso interposto intempestivamente. Perda de uma chance. Nexso causal configurado. Sentença, reformada em relação ao dano material	258
Ação declaratória de inexistência de débito. Indenização por danos morais. Clonagem de documento e realização de compra por cartão de crédito com inscrição posterior em órgão de proteção ao crédito. Falha na prestação do serviço ao consumidor. Indenização devida	258
Apelação cível. Ação de cobrança. Seguro de imóvel. Vendaval. Recusa injustificada da seguradora. Indenização devida de acordo com o pactuado. Preliminar suscitada rejeitada	259
Ação civil pública. Comercialização de produto impróprio para o consumo. Responsabilidade solidária do comerciante. Leite Parmalat. Alterações em suas características sensoriais e físico-químicas. Indenização genérica aos consumidores. Danos patrimoniais e morais não demonstrados...	260
Apelação cível. Seguro. Plano de saúde. Rescisão unilateral do contrato. Reajuste dos pactos. Abusividade. Aplicabilidade do Código de Defesa do Consumidor. Manutenção do pacto como anteriormente contratado. Reajustes nos termos das determinações da ANS	260
Apelação cível. Seguro. Plano de saúde. Cobertura para a realização de exames e tratamento. Quimioterapia. Cobertura securitária devida. Parcela em atraso. Ausência de notificação. Negativa da seguradora. Descabimento	261
Apelação e recurso adesivo. Responsabilidade civil. Indenização por dano moral. Posto de pedágio. Parada obrigatória. Crime de roubo envolvendo consumidor que estava no local. Dever de segurança não observado. Ato ilícito configurado. Dever de indenizar reconhecido. Valor indenizatório mantido. Correção monetária. Fixação da indenização. Juros de mora. Evento danoso	262
Apelação cível. Negócios jurídicos bancários. Ação de indenização. Saques indevidos em conta corrente. Danos patrimoniais. Aplicabilidade do Código de Defesa do Consumidor. Honorários contratuais. Da aplicabilidade do Código de Defesa do Consumidor e da inversão do ônus da prova	263

Apelação. Ação indenizatória. Danos morais. Adulteração de cheque	263
Apelação cível. Responsabilidade civil. Explosão de bateria de celular. Acidente de consumo. Fato do produto. Ilegitimidade passiva da ré comerciante. Reconhecimento	264
Apelação cível. Comércio eletrônico. Compra e venda de aparelho celular via Internet. Não entrega de mercadoria. Legitimidade do <i>site</i> que disponibiliza a realização de negócios e recebe uma comissão do anunciante, quando concretizado o negócio. Devolução da quantia paga. Danos morais desconfigurados. Caso concreto. Apelo parcialmente provido. Unânime	264
Apelação cível. Responsabilidade civil. Concessionária de serviço público. Relação de consumo. Responsabilidade objetiva. Defeito na rede de energia elétrica. Sobrecarga. Falha na prestação do serviço. Incêndio. Danos materiais. Ocorrentes. Danos morais. Observância ao caráter pedagógico. Correção monetária mantida nos moldes da sentença recorrida	264
Ensino particular. IAHCs. Curso de enfermagem considerado inválido pelo Conselho Estadual de Educação. Condenação por dano moral mantida, assim como o <i>quantum</i> indenizatório	265
Agravo retido. Processual civil. Reiteração. Art. 523, § 1º, CPC. Apelação cível. Responsabilidade civil. Danos materiais, morais e estéticos. Tintura para cabelo. Queda capilar. Utilização do produto sem observância das recomendações do fabricante. Culpa exclusiva do consumidor verificada	265
Responsabilidade civil. Ação de indenização. Dano moral. Inserção, na página eletrônica mantida pelos réus, na rede mundial de computadores, de anúncio com conteúdo pornográfico, contendo a descrição física das autoras e seus telefones, como se prostitutas fossem	265
TJRJ	
Apelação cível. Ação de responsabilidade civil	266
Responsabilidade civil e administrativa. Serviço público. Energia elétrica. Cobrança de valores excessivos. Multa. Ameaça de suspensão do serviço. Irregularidade no medidor não comprovada. Ônus da concessionária do serviço. Dano moral. Valor fixado com razoabilidade e proporcionalidade	266
Apelação cível. Obrigação de fazer. Indenização. Dano moral. Defeito em aparelho celular. Ação proposta contra a prestadora de serviços e o fabricante do aparelho. Relação de consumo. Incidência do Código de Defesa do Consumidor. Inexistência de qualquer dano a ser indenizado	267
TJGO	
Apelação cível. Ação revisional de cláusulas contratuais c/c consignatória. Juros remuneratórios. Parâmetro para aferição da abusividade da taxa pactuada. Capitalização mensal. Consignação. Sucumbência parcial	267

Boa-fé objetiva. Função social do contrato. Presença de todas as condições da ação. Preliminar recursal acolhida. Sentença cassada.....	268
Agravo de instrumento. Ação declaratória de rescisão contratual c/c devolução de importâncias pagas c/c pedido de dano moral c/c pedido de antecipação dos efeitos da tutela jurisdicional. Compra de insumos agrícolas por produtor rural. Inaplicabilidade do Código de Defesa do Consumidor. Inversão do ônus da prova. Impossibilidade.....	268
Apelação cível. Ação ordinária. Plano de saúde. Exclusão de cobertura para tratamento médico em virtude de dependência química. Cláusula abusiva. Código de Defesa do Consumidor. Ônus sucumbenciais.....	269
Duplo apelo. Ação de indenização por danos materiais e morais. Conta corrente. Movimentação via Internet. Fraude. Transferências e pagamentos efetuados por terceiros. Responsabilidade objetiva. Dano moral configurado. <i>Quantum</i> reduzido.....	269
Apelação cível. Ação de indenização por danos morais e materiais. Compra e venda pela Internet. Ilegitimidade passiva <i>ad causam afastada</i> . Ausência de quitação do produto. Negligência do provedor de anúncios eletrônicos. Aplicação do Código de Defesa do Consumidor.....	269

TJPE

Processual civil. Ação de indenização por danos morais decorrente de ato ilícito. Responsabilidade civil. Procedência do pedido. Manutenção do <i>decisum</i> . I. Por maioria de votos, rejeitou-se a preliminar do agravo retido nos autos. II. Mérito: imputação de furto de mercadorias por segurança de loja. Constrangimento caracterizado. Dano moral configurado. Redução do <i>quantum</i> indenizatório. Pretensão não acolhida. Valor consentâneo com a gravidade do procedimento adotado pelo apelante. Obediência ao princípio da razoabilidade e proporcionalidade. Apelo improvido por unanimidade.....	270
Direito administrativo e do “consumidor”. Declaratória de inexistência de débito c/c indenização por danos morais com pedido de tutela antecipada. Energia elétrica. Fraude no medidor. Ameaça de suspensão no fornecimento do serviço. Procedência dos pedidos. Manutenção do <i>decisum</i> . Matéria amparada pelo Código de Defesa do Consumidor. Atos de concessionária não têm presunção de legitimidade. Impossibilidade de exigir-se um suposto débito sob a ameaça de corte de energia elétrica. Ausência de causa jurídica. Continuidade no fornecimento do serviço assegurada. Consolidação da medida liminar. Dano moral configurado. Dever de indenizar. Redução do <i>quantum</i> . Descabimento. Obediência ao princípio da proporcionalidade e razoabilidade. Improvimento do apelo. Decisão unânime.....	270
Apelação cível. Seguro-saúde. Relação consumerista. Vítima de acidente automobilístico grave. Necessidade de remoção a centro médico mais próximo, onde disponibilizado o atendimento para salvar a vida da segurada. Recomendação de UTI aérea. Recusa da seguradora. Cláusula	

contratual limitativa. Abusividade, quando, no caso concreto, a circunstância emergencial impede a adequação e efetividade do serviço por meio da remoção via terrestre. Serviços de enfermagem não particular. Pedidos de reembolso. Pertinência. Dano moral. Configuração. Apelo desprovido ... 270

ADENDO

STJ – Recursos Repetitivos – Afetação Reconhecida – Mérito Julgado	
Administrativo. Serviços de fornecimento de água. Cobrança de tarifa progressiva. Legitimidade. Repetição de indébito de tarifas. Aplicação do prazo prescricional do Código Civil. Precedentes	272
Recurso especial repetitivo. Sistema financeiro da habitação. Taxa referencial (TR). Legalidade. Seguro habitacional. Contratação obrigatória com o agente financeiro ou por seguradora por ele indicada. Venda casada configurada	272
Recurso especial repetitivo. Sistema Financeiro da Habitação. Capitalização de juros vedada em qualquer periodicidade. Tabela Price. Anatocismo. Incidência das Súmulas n. 5 e 7. Art. 6º, alínea “e”, da Lei n. 4.380/64. Juros remuneratórios. Ausência de limitação	272
Administrativo. Recurso especial. Repetição de indébito. Serviço de telefonia. Discriminação dos pulsos excedentes à franquia. Detalhamento das chamadas locais. Termo inicial. Recurso especial representativo de contro- vêrsia. Art. 543-C do CPC. Resolução STJ n. 8/2008.....	273
Recurso repetitivo. Atos normativos. INMETRO. CONMETRO	274
Recurso repetitivo. Comissão. Permanência.....	274
Recurso repetitivo. Contrato bancário. Ação revisional.....	275
Recurso repetitivo. Cadastro. Crédito. AR.....	276
Recurso repetitivo. Dano moral. Registros. Cadastro. Inadimplentes	276

STJ – Recursos Repetitivos – Afetação Reconhecida – Julgamento Iniciado

STF

Matérias com Repercussão Geral Reconhecida

Direito do consumidor. Serviço de telefonia. Cobrança de pulsos. Discrimi- nação de pulsos excedentes à franquia mensal. Competência da Justiça Federal. Competência regulatória da ANATEL	277
Mandado de segurança. Cabimento. Impetração de mandado de segurança contra decisão de juiz de Juizado Especial que defere medida liminar. Ca- bimento nas turmas recursais	277
Direito à saúde. Direito intertemporal. Aplicação retroativa de leis sobre pla- nos de saúde. Lei n. 9.656/98. Ato jurídico perfeito (art. 5º, inc. XXXVI, da CF).....	277
Direito do consumidor. Contratos de consumo. Bancários. Expurgos infla- cionários. Planos econômicos. Direito civil. Obrigações. Inadimplemento. Correção monetária	277



Direito do consumidor. Contratos de consumo. Bancários. Direito administrativo e outras matérias de direito público. Intervenção no domínio econômico. Expurgos inflacionários. Planos econômicos.....	277
Prevalência do Código de Defesa do Consumidor sobre o Código Brasileiro de Aeronáutica (Lei n. 7.565/86) e sobre a Convenção para a unificação de certas regras relativas ao transporte aéreo internacional (Convenção de Varsóvia), com as modificações dos protocolos de Haia e de Montreal (Decreto n. 5.910, de 27 de setembro de 2006). Indenização por danos morais e materiais sofridos por consumidor e decorrentes de extravio de bagagem. Imposição de limites prefixados	277
Extravio de bagagem. Limitação de danos materiais e morais. Convenção de Varsóvia. Código de Defesa do Consumidor. Princípio constitucional da indenizabilidade irrestrita. Norma prevalecente. Relevância da questão. Repercussão geral reconhecida.....	277
Serviço de telefonia. Assinatura básica. Competência da Justiça Federal. Competência regulatória da ANATEL. Matéria com repercussão geral rejeitada: direito do consumidor. Serviço de telefonia. Assinatura básica.....	278
Indenização por danos morais em decorrência de cadastramento indevido em órgão de proteção ao crédito	278
Direito do consumidor. Contratos de consumo. Bancários. Expurgos inflacionários. Planos econômicos	278
Contrato de participação financeira e subscrição de ações de telefonia, com complementação dos títulos acionários. Apuração. Matéria infraconstitucional.....	278
Direito processual civil e do trabalho. Jurisdição e competência. Competência. Direito do consumidor. Contratos de consumo. Telefonia. Pulsos excedentes.....	278
Bibliografia	279